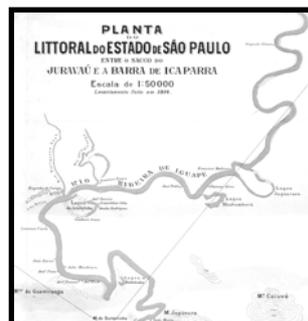


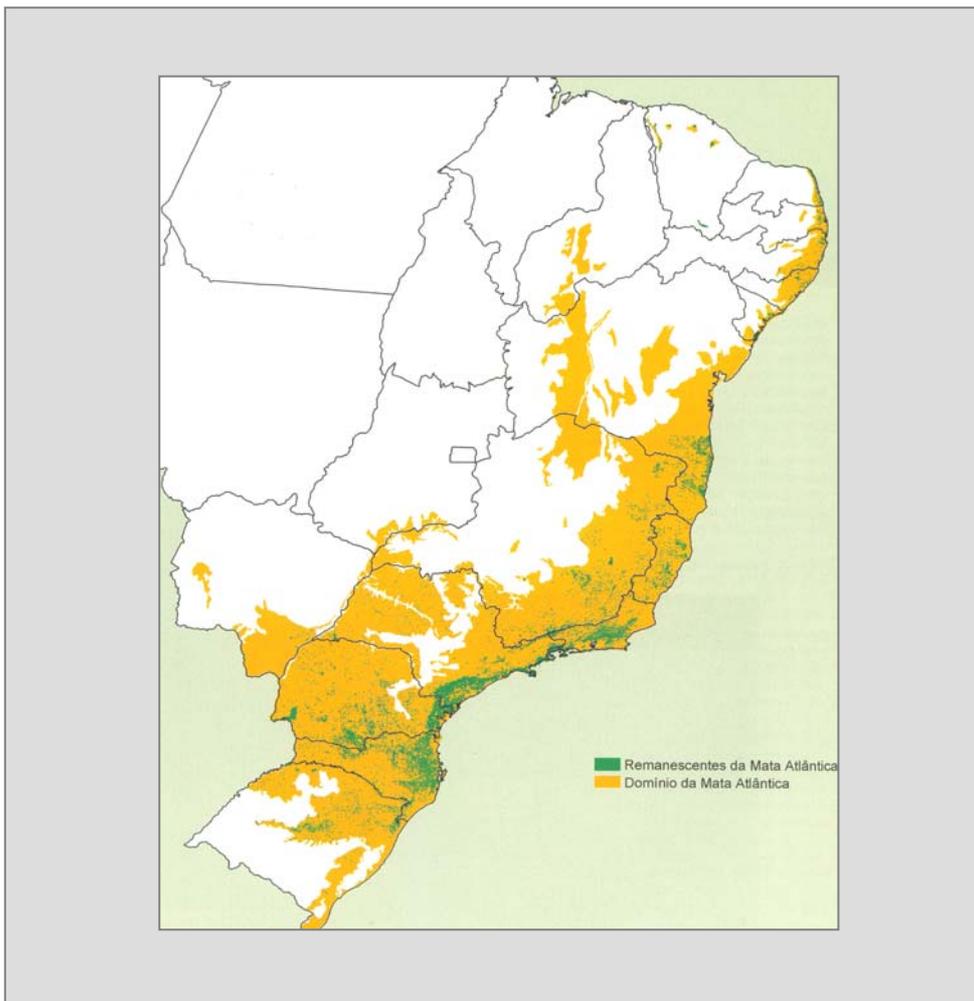
I. INTRODUÇÃO



I. Introdução

I. I. Mata Atlântica

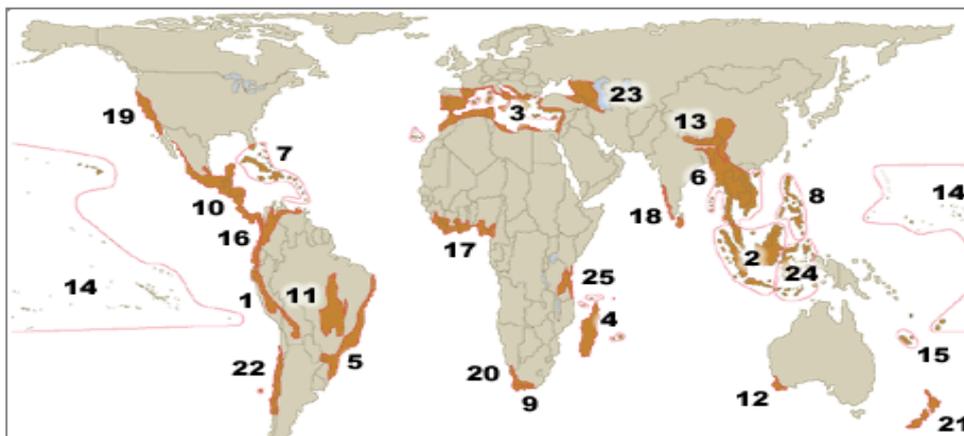
A Mata Atlântica é considerada uma das grandes prioridades para a conservação da biodiversidade em todo o mundo. Em estado crítico, sua cobertura florestal acha-se reduzida a cerca de 7,6% da área original, que perfazia uma extensão de aproximadamente 1.300.000 km². Mesmo reduzida e muito fragmentada, a Mata Atlântica possui uma enorme importância, pois exerce influência direta na vida de mais de 80% da população brasileira que vive em seu domínio. Seus remanescentes regulam o fluxo dos mananciais, asseguram a fertilidade do solo, controlam o clima, protegem escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural imenso.



Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Instituto Socioambiental

Figura I. Domínio e Remanescentes da Mata Atlântica no Brasil

A Mata Atlântica é reconhecida como um dos 25 hotspots, definidos como áreas onde a cobertura vegetal original foi reduzida em pelo menos 70%, contudo, juntas, estas áreas detêm mais de 60% de todas as espécies terrestres do planeta¹. A Mata Atlântica está entre os cinco hotspots mais importantes do mundo, conforme demonstrado na figura 2.



Fonte: http://www.biodiversityhotspots.org/xp/Hotspots/atlantic_forest/

Figura 2. Distribuição dos Hotspots

Legenda:

1 Andes Tropicais	14 Ilhas da Polinésia e Micronésia
2 Sundaland (Indonésia)	15 Nova Caledônia
3 Mediterrâneo	16 Choco-Darien / Equador Ocidental
4 Madagascar e Ilhas do Oceano Índico	17 Florestas da Guiné / Africa Ocidental
5 Mata Atlântica	18 Ghats Ocidentais (Índia) e Sri Lanka
6 Região da Indo-Birmânia	19 Província Florística da Califórnia
7 Caribe	20 Região do Karoo das Plantas Suculentas
8 Filipinas	21 Nova Zelândia
9 Província Florística do Cabo	22 Chile Central
10 Mesoamérica	23 Cáucaso
11 Cerrado	24 Wallacea (Indonésia)
12 Sudoeste da Austrália	25 Montanhas do Arco Oriental
13 Montanhas do centro sul da China	

O fato de a floresta atlântica apresentar extensa distribuição e grande variedade de formações vegetacionais gerou divergências sobre a utilização do termo “Mata Atlântica” e por esta razão foram estabelecidos os conceitos de Mata Atlântica *sensu lato* e Mata Atlântica *sensu stricto*.

¹ O conceito *hotspot* foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para resolver um dos maiores dilemas dos conservacionistas: quais as áreas mais importantes para preservar a biodiversidade na Terra? *Hotspot* é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de rica biodiversidade e ameaçada no mais alto grau.

A Mata Atlântica *sensu lato* se aplica à vegetação que - apesar de atualmente fragmentada - ocorre ao longo de todo o litoral brasileiro, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, com amplas extensões para o interior. De forma bastante simplificada, é constituída pela Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Semidecídua (VELOSO *et al.* 1991). Também devem ser incluídos no conceito de Mata Atlântica *sensu lato* os ecossistemas associados, definidos por Veloso *et al.* (1991) como Áreas de Formações Pioneiras, que incluem manguezais, campos salinos e restingas. Desta forma, a aplicação do termo Mata Atlântica *sensu lato* constitui-se numa estratégia, visando a proteção legal de todos os ecossistemas envolvidos, servindo também para facilitar a alocação de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de pesquisas, recuperação de trechos degradados e tombamento de remanescentes.

Sendo assim, a ocorrência original da Mata Atlântica *sensu lato* engloba 17 estados brasileiros e vai do Ceará ao Rio Grande do Sul, se estendendo ao Paraguai e à Argentina; já a aplicação do termo Mata Atlântica *sensu stricto* fica restrita às áreas de Floresta Ombrófila Densa litorâneas definidas no sistema de Veloso *et al.* (1991).

Na Mata Atlântica *sensu stricto*, as condições “edafo-morfo-climáticas” produziram uma série de fatores que determinaram a existência de uma floresta rica e exuberante. Essa floresta assenta-se sobre um relevo serrano, notadamente no sudeste e sul do país, cuja amplitude altimétrica varia do nível do mar às cotas de quase dois mil metros, nas Serras do Mar e da Mantiqueira.

A presença da Serra do Mar condiciona a formação de chuvas orográficas, através da condensação de ventos carregados de umidade provenientes do mar. Hueck (1972) explica que a precipitação aumenta de 2.000 mm, na linha de costa para 4.000 mm, na escarpa da Serra do Mar. Essa grande umidade favoreceu a formação e a manutenção das condições necessárias à existência de uma floresta tropical. A Serra do Mar é então, a “área-core”² da Mata Atlântica.

Trata-se da única floresta tropical no planeta que apresenta (em seus remanescentes de maior extensão) uma distribuiçãoazonal. As demais florestas tropicais do mundo, como a Amazônica, a do Congo (na África) e as do Sudeste Asiático, distribuem-se de forma zonal, ou seja, acompanhando o sentido da zona equatorial da Terra. Na Mata Atlântica isso não ocorre. Ela apresenta-se de forma perpendicular às linhas zonais (acompanhando o sentido dos meridianos), assentando-se desde baixas latitudes, próximas ao equador, até médias latitudes, perto de 30° de latitude sul, no Rio Grande do Sul. Tal fato submeteu a floresta atlântica a uma grande diferenciação climática. Ao norte está sujeita a Massa Tropical Atlântica – quente e úmida, o que confere à floresta uma maior produtividade primária, face aos elevados índices de calor e umidade do clima que impera nessa porção norte. No sul de sua área de ocorrência, a Mata Atlântica recebe constantemente a influência das frentes frias da Massa Polar Atlântica – fria e úmida. É comum no sul e sudeste do país as geadas no

² Área-core é aquela na qual as condições físicas e biológicas se processam em seu máximo. São portanto as áreas cujos fluxos de energia, material e processos da natureza atingem seu ótimo.

inverno e, ocasionalmente, até nevadas. As plantas e animais apresentam estratégias para suportarem tais condições, como, por exemplo, parte das árvores perderem as folhas na estação fria (seca).

Essas características de diversidade altitudinal e a influência de alguns tipos de clima, aliada às variações paleo-climáticas³, conferiram à Mata Atlântica grande variedade e riqueza de espécies. Na floresta do Una, no sul da Bahia, um hectare de floresta chega a ter mais de 400 espécies (Newman, 1992). Nas encostas da Serra do Mar de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, ocorrem mais de 120 espécies arbóreas (Silva & Leitão Filho 1982 e Sanchez 1994). Apenas para comparar tais números, uma floresta de clima temperado apresenta cerca de 10 espécies por hectare (Newman, 1992). Nesse sentido, pode-se afirmar que a floresta atlântica é pelo menos 12 vezes mais rica em espécies que as do mundo temperado.

A riqueza se traduz de diversas formas, cores e tamanhos, mas é notório destacar a interdependência entre as espécies da fauna e flora. Na Mata Atlântica, algumas espécies acabam desempenhando um importantíssimo papel ecológico dentro da floresta. É o caso do palmito, *Euterpe edulis*, muito apreciado e fonte de alimentação para uma gama considerável da fauna, sustentando desde insetos até mamíferos de grande porte. A fauna trata de dispersar suas sementes ao longo da floresta ampliando a área de ocorrência do palmito. A jacutinga, *Pipile jacutinga*, por exemplo, promove migrações altitudinais ao longo do ano, na floresta. Segundo Galetti *et alii* (1997) essa ave instala-se nas florestas da baixada litorânea, onde os frutos do palmitero florescem primeiro, devido à maior competição pela luz – característica típica desse tipo de floresta. Escasseados os frutos dos palmiteros da baixada, a jacutinga migra para as florestas assentadas na escarpa da serra, cuja frutificação é mais tardia.

Nesse processo, a jacutinga dispersa as sementes do palmitero entre os ambientes serranos e de baixada na floresta atlântica, aumentando a interdependência entre tais ambientes.

Há alguns ecossistemas associados à floresta e que não apresentam formação exclusivamente florestal, como os manguezais, as restingas e os campos de altitude, entre outros. Contudo estes ambientes dependem diretamente da floresta, influenciando e sendo influenciados pelos fluxos de energia, material e processos que se desenvolvem na formação florestal da escarpa. Uma alteração direta num dos ambientes, pode modificar um ambiente contíguo. Se ocorrer uma intensificação da retirada de material sedimentar do solo da floresta, através de um desmatamento, por exemplo, os ambientes à jusante dessa interferência podem sofrer a influência dessa alteração. Os manguezais, nesse caso, receberão um aporte maior de sedimentos grosseiros (areias), fruto do aumento da lixiviação produzida pelo solo exposto

³ No passado recente da Terra, sucessão de períodos glaciais e interglaciais obrigou a floresta atlântica a expandir-se (período interglacial) e a confinar-se (períodos glaciais) em espaços que ainda mantinham as condições, principalmente de umidade, para a sua existência. Essa expansão e retração obrigaram as espécies da flora e fauna a se adaptarem a tais flutuações, produzindo novas espécies ou subespécies, num processo chamado especiação. Esse fato resultou numa alta diversidade do ambiente.

daquele desmatamento. Tal fato alterará a estrutura do manguezal, contribuindo para redução de sua área de ocorrência.

A Mata Atlântica é, portanto, um bioma que apresenta uma intrincada trama de relações entre os diversos ambientes que a compõem. Mais que isso, este bioma apresenta também ligações com outros biomas do planeta, materializado principalmente através dos fluxos da fauna migratória. Alguns exemplos são notórios: na linha de costa, aqueles espaços ainda não atingidos pela urbanização intensa, são freqüentados por uma série de aves migratórias que buscam locais para abrigo, reprodução e alimentação.

Em locais não urbanizados do litoral sul de São Paulo, como a Praia da Jazida no PE Xixová-Japuí e na EE Juréia-Itatins foram identificados pontos de pouso na rota de migração de certas aves. Neves & Olmos (1998) identificaram espécies da *Sterna hirundinacea*, *S. trudeaui*, *S. maxima*, *S. eurygnatha*, *Charadrius semipalmatus*, *C. collaris*, *C. fuscicollis* e *Actitis macularia*, todas com ampla distribuição no continente sul-americano ou mesmo americano, que utilizam áreas ainda pouco alteradas, resguardadas por UCs na faixa costeira do litoral sul de São Paulo.

Nos ambientes serranos da Mata Atlântica fato parecido ocorre, através da utilização dos ambientes da floresta por espécies de topo de cadeia alimentar, como as grandes aves de rapina. Martuscelli (2000), estudando problemas de fragmentação de habitats no Domínio Atlântico, indica que na floresta atlântica há duas populações distintas de harpia, *Harpya harpya*. Uma população migrante localizada entre São Paulo e Santa Catarina com presença registrada entre maio a agosto, e com registros de nidificação em Missiones, Argentina, nos meses de dezembro a fevereiro. A outra população localiza-se entre o sul da Bahia e Espírito Santo, aparentemente residente na região, com registros ao longo do ano em Porto Seguro. Estas duas populações sobrevivem em função dos diferentes fragmentos existentes ao longo de sua área de ocorrência. Em São Paulo esta espécie foi registrada no PE da Ilha do Cardoso. Ao transitar por estes biomas, esta espécie, e outras que praticam os mesmos atos, ratificam a interdependência existente entre os biomas americanos.

Esta característica pode também ser aplicada aos ambientes marinhos, que, na linha de costa, representam um “continuum ecológico” com os espaços terrestres. A região estuarino-lagunar, onde se insere o PE da Ilha do Cardoso, é freqüentada por uma série de animais pelágicos que vêm à região para se alimentar ou mesmo para cumprir parte de seu ciclo de vida, como os camarões. Em 1992 foi abatido um tubarão branco, *Carcharodon carcharius*, próximo a Cananéia. No litoral norte paulista, o PE de Ilhabela e o Arquipélago dos Alcatrazes, por exemplo, são utilizados como espaços na rota migratória da baleia-franca, *Eubalarna australis*, dentre outras espécies. Outros cetáceos, como o golfinho-pintado-do-atlântico-sul, *Stenella frontalis*, foram avistados várias vezes nas águas do litoral norte de São Paulo. Trata-se de um animal de grande área de ocorrência que se aproxima da costa em busca de alimento. Na região estuarina lagunar de Cananéia é constante a presença do boto-cinza, *Sotalia fluviatilis*.

Atualmente, a Mata Atlântica no Brasil sobrevive em um território com cerca de 130 mil km². Seus principais remanescentes concentram-se nos estados das regiões Sul e Sudeste, recobrando parte da Serra do Mar e da Mantiqueira, onde o processo de ocupação foi dificultado pelo relevo acidentado e pouca infra-estrutura de transporte. Os remanescentes contínuos de Mata Atlântica entre o Paraná e o Rio de Janeiro representam uma das áreas mais ricas em diversidade biológica do país, mesmo que as florestas estejam situadas nas regiões de influência das duas maiores metrópoles do Brasil.

Conforme o Inventário Florestal do Estado de São Paulo (1993), no período de 1962 a 1971-73 houve um decréscimo de 39,45% da cobertura vegetal natural do estado e de 1971-73 a 1990-92, o decréscimo foi de 29,20%. No total, de 1962 a 1990-92, a perda de vegetação foi de 57,13%, um índice alarmante. Ainda assim, o estado de São Paulo possui o maior remanescente de Mata Atlântica do Brasil.

1.1.1. A proteção da Mata Atlântica no Vale do Ribeira

No estado de São Paulo, a região do Vale do Ribeira abriga extensas áreas de Mata Atlântica, de importância especialmente reconhecida pela diversidade dos ambientes. Nessa região, muitos remanescentes compõem unidades de conservação, o que os tornam propícios para ações e investimentos em conservação a longo prazo, particularmente para a implementação de corredores destinados a aumentar a conectividade entre fragmentos.

Além do Parque Estadual da Campina do Encantado, destacam-se o Mosaico de unidades de conservação da Juréia e de Jacupiranga, o Parque Estadual da Serra do Mar e o contínuo ecológico de Paranapiacaba; estas unidades de conservação também foram incluídas no Tombamento da Serra do Mar e de Paranapiacaba, realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAAT, da Secretaria de Estado da Cultura, através da Resolução nº 40/85. O Tombamento consolidou a legislação ambiental de defesa ao patrimônio dessas UCs, abrindo espaço para o reconhecimento internacional, com a Declaração pela UNESCO (Programa Man and Biosphere), a partir do ano de 1991, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de São Paulo, sendo que o PE da Campina do Encantado foi declarado como área piloto do litoral sul da Reserva da Biosfera e, posteriormente, reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural Mundial da Humanidade (Mapa I. Remanescentes da Mata Atlântica no Vale do Ribeira e as Unidades de Conservação).

O reconhecimento da importância da Mata Atlântica levou, também, a ações de apoio às instituições responsáveis pela sua conservação e proteção, por meio de projetos de grande vulto, entre os quais se destaca o PPMA – Projeto de Preservação da Mata Atlântica. O Convênio de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha, foi desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo com o banco alemão Entwicklungsbank (KfW), entre 1995 e 2006.

Mapa I. Remanescentes da Mata Atlântica no Vale do Ribeira e as Unidades de Conservação

1.1.2. A degradação histórica da Mata Atlântica

Durante 500 anos a Mata Atlântica propiciou lucro fácil ao colonizador europeu e seus descendentes. Ainda no século XVI, ato contínuo ao descobrimento, iniciou-se a extração predatória do pau-brasil, utilizado para tintura de tecidos e construção. "Terra Brasilis", como ficou conhecida a nova colônia de Portugal, teve a origem de seu nome ligada à exploração do pau-brasil e, portanto, ao início da destruição da Mata Atlântica. A exploração não se limitou ao pau-brasil. Outras madeiras de alto valor para a construção civil, naval e mobiliário como, sucupiras, canelãs, canjaranas, jacarandás, araribás, louro, cedro, peroba, e vinhático, foram intensamente exploradas. Igualmente os animais silvestres rapidamente transformaram-se em *souvenirs* preciosos a exibir nos jardins e salões europeus.

A este modelo predatório de exploração da natureza somou-se o sistema de concessão de sesmarias, originando uma combinação altamente destrutiva para a Mata Atlântica. Destruir, passar a propriedade adiante e receber outra era um excelente negócio. Outra grande investida foi o ciclo da cana-de-açúcar. Grandes áreas de Mata Atlântica foram destruídas, não apenas para abrir espaço para os canaviais, mas também para alimentar as construções dos engenhos e as fornalhas da indústria do açúcar. Além das madeiras, o ouro foi o atrativo para o avanço sobre a floresta. Na região do Vale do Ribeira, as expedições em busca de ouro aconteceram muito antes das expedições das Minas Gerais.

Já na primeira metade do século XVI, em razão desse processo, fundam-se as cidades de Cananéia e Iguape, tendo em vista a privilegiada localização geográfica que facilitava e fortalecia o projeto colonial de interiorização do território. Não só no Vale do Ribeira, mas também no Alto Paranapanema, a ocupação territorial está diretamente relacionada às expedições em busca de ouro e outros minérios na região – as chamadas “bandeiras” –, e às iniciativas de conquista de novos territórios pelos paulistas de Piratininga para superar as dificuldades de isolamento geográfico e econômico do início da colonização. A atividade mineradora, apoiada nas políticas de colonização do governo português, deu origem ao processo de interiorização do centro-sul do Brasil, criando as bases de sua organização social.

As jazidas de ouro atraíram para o interior um grande número de portugueses. A imigração levou a novos desmatamentos, que se estenderam até os limites com o Cerrado, para a implantação de agricultura e pecuária. A descoberta do ouro na serra de Paranapiacaba, no século XVII, alavancou a navegação entre as bacias do Ribeira e do Paranapanema, irradiando a penetração para o interior e fundando os primeiros povoamentos orientados por essas vias fluviais, e ainda por alguns caminhos, sertão adentro. À medida que se intensificava o povoamento, aumentavam o movimento comercial no porto da Ribeira e as trocas de mercadorias entre o litoral sul paulista e a região da serra acima.

O ouro do século XVII não chegou a alterar as feições econômicas da região. Foi somente durante o século XVIII, com a descoberta de novas e mais valiosas minas, que a mineração dominou a economia local. Mesmo assim, a criação de uma pequena

rede de cidades (Pariquera-Açu, Jacupiranga, Registro, Xiririca, Juquiá, Miracatu, Sete Barras, Iporanga, Apiaí, Capão Bonito, Guapiara e Ribeira) não foi suficiente para promover o povoamento da região “dos Vales”, que até os dias de hoje se mantém como uma das mais despovoadas do estado de São Paulo.

Ao longo do século XVII retoma-se a atividade econômica, até então baseada na mineração e na agricultura praticada na forma de subsistência. Essa retomada deu-se com a agricultura, principalmente pela cultura de arroz que se tornou o principal produto da região. Os mangues e as várzeas foram utilizados para esse plantio, estimulando posteriormente o cultivo de outros produtos como a banana e o chá. No século XIX a atividade agrícola substituiu a antiga atividade mineradora e adquiriu uma expressiva importância econômica.

Logo se estabelece a cultura do café e as florestas que cobriam o Vale do Paraíba, centro da produção cafeeira, foram destruídas. O café, espécie de origem africana adaptada a crescer em áreas sombreadas, foi cultivado no Brasil em espaços abertos e desflorestados. O sistema tradicional de coivara (derrubada e queima), copiado da cultura indígena, não se mostrou sustentável para a monocultura. Além disso, o plantio era feito na direção das vertentes, favorecendo a erosão e conseqüente empobrecimento do solo.

No fim do século XIX, com a concentração de investimentos orientada pela economia cafeeira para outras áreas do estado, a região é novamente excluída dos eixos de desenvolvimento, e segue sem incentivos para a sua reorganização econômica. Somente no século XX algumas medidas são adotadas para reverter esse processo e mudar as bases produtivas incentivando-se os programas de colonização e imigração no Vale do Ribeira.

As florestas que não foram substituídas pela agricultura e pecuária logo se tornaram alvo dos carvoeiros, pois as locomotivas tinham fome, assim como as primeiras fornalhas industriais, como a Companhia Siderúrgica Nacional, instalada em Volta Redonda na década de 30. As matas passaram a ser derrubadas para fornecer matéria-prima para a indústria de papel e celulose. A exploração madeireira da Mata Atlântica teve importância econômica em nível nacional até muito recentemente. Segundo dados do IBGE, em meados de 1970 a Mata Atlântica ainda contribuía com 47% de toda a produção de madeira em tora no país, com um total de 15 milhões de m³.

Ao longo da história, a região do Vale do Ribeira ficou desvinculada economicamente e socialmente da rede urbana industrial; em virtude de seu isolamento geográfico e econômico, constituiu-se em um dos lugares que guardam os remanescentes mais significativos de Mata Atlântica do país. O Vale do Ribeira resistiu à devastação devido às grandes dificuldades para a ocupação humana no Sudoeste Paulista; a topografia acidentada, as chuvas abundantes e a presença da mata densa, aliados a uma carência de infra-estrutura básica (estradas, meios de comunicação, assistência social e outras necessidades dos aglomerados humanos) mantiveram estas áreas ocupadas por um número restrito de pequenos proprietários, posseiros e grileiros, que chegaram à região a partir do século XVI.

Também em razão desse isolamento geográfico e econômico ali se encontra grande parte das comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas que criaram estreita relação de vida com a Mata Atlântica, o que contribuiu na conservação dos seus remanescentes mais significativos quando comparamos estes grupos àqueles que ocuparam com pastagens ou monocultura os espaços não urbanizados do estado de São Paulo.

No século XXI, a região permanece fora dos principais eixos de desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, com características de baixos índices de crescimento populacional, de baixa densidade demográfica, de predominância de população rural sobre a urbana e com os piores índices de desenvolvimento humano do estado.

1.2. Características da ocupação e a colônia de Pariquera-Açu

A ocupação da baixada do Ribeira, no período colonial ocorreu de forma dispersa e, basicamente, por meio de duas formas: a primeira delas se deu espontaneamente, por intermédio de “posses” e/ou sesmarias e a segunda se deu de modo planejado, como foi o caso de Pariquera-Açu. As áreas mais procuradas encontravam-se situadas às margens dos cursos d’água, ou então marginais às vias de acesso, determinando uma forma de ocupação vinculada às atividades agrícolas.

Esse tipo de ocupação deu origem ao que Petrone (1966) denominou por “capuava”, ou seja, o homem ligado à zona de mata interiorana, formando posses sobretudo nas vertentes fluviais. Uma das características desse tipo de ocupação é seu sistema de produção agrícola itinerante. O mesmo apareceu entre aqueles grupamentos humanos que permaneceram no litoral, denominados “caiçara”.

A formação dos núcleos de colonização na região do Vale do Ribeira também foi incrementada por imigrantes europeus. Segundo Martins (1991), os núcleos coloniais estabelecidos até o início do século XX eram locais para assentamentos dos imigrantes, cuja função estratégica era disseminação de técnicas e práticas agro-silvi-pastoris. Nesse contexto, foi fundada a colônia de Pariquera-Açu, com 15.572 hectares ou 6.434 alqueires, por determinação do governo imperial. De acordo com Petrone (1966), a colônia de Pariquera-Açu foi pioneira no que diz respeito aos incentivos governamentais, para a colonização do estado de São Paulo.

A divisão de terras na colônia de Pariquera-Açu foi planejada e deu-se pelo processo de “linhas” coloniais. Ainda, segundo Petrone (1996) tais linhas possuíam extensões irregulares variando de 3 a 8 km, formando lotes retangulares que variavam de 13 a 27 hectares (veja Mapa 10. Malha fundiária do Parque Estadual da Campina do Encantado e seu entorno imediato - Programa de Gestão de Regularização Fundiária). As demarcações às vezes se adequavam à topografia e drenagem da região, seguindo os fundos de vales, mas às vezes eram feitos somente no papel. As principais linhas foram: Braço Preto, Senador Dantas, Bom Retiro, Nova Itália, Arataka, Nova Cremona, Senador Prado e Antunes Junior.

Algumas medidas governamentais estimulavam a vinda de interessados para a região do Ribeira, como os preços dos lotes, bem abaixo daqueles nas colônias do planalto e do sul do país. Logo após sua chegada, o colono recebia alimentos, instrumentos agrícolas e sementes através da administração da colônia. A produção agrícola da época se dava através de lavouras mistas, com cultivos de subsistência e outros destinados à comercialização como o café, o arroz, a batata e a farinha.

A colonização de Pariquera-Açu teve uma formação bastante heterogênea com predominância de brasileiros entre 1896-1897, seguido por italianos, poloneses, alemães, suecos, dinamarqueses e ingleses. Entre 1900-1901, houve um aumento significativo de imigrantes, chegando a 816 famílias estrangeiras em um ano (Tab.I).

Atualmente é possível observar diversos traços dessa ocupação estrangeira no município de Pariquera-Açu, cujos descendentes habitam as zonas rurais e o centro urbano, e demonstram sua origem tanto através dos sobrenomes quanto pelos traços físicos.

Tabela I. População da colônia de Pariquera-Açu no final do século XIX-XX

Colônia de Pariquera-Açu				
Nacionalidade	Nº de famílias			
	1896	1897	1900	1901
▪ Brasileira	198	190		
▪ Italiana	72	81	390	226
▪ Polonesa	21	28*	127	87
▪ Alemã	11	16	63	24
▪ Sueca	8	7	24	16
▪ Portuguesa	5	1	18	3
▪ Suíça	3	6	28	19
▪ Africana	3	-	-	-
▪ Austríaca	-	20	149	99
▪ Russa	2	-	-	-
▪ Belga	-	2	-	-
▪ Dinamarquesa	1	1	5	2
▪ Espanhola	-	-	3	1
▪ Inglesa	1	2	4	4
Totais	325	354	816**	471**

Fonte: Petrone (1966)

* Includos Russos

** Somente estrangeiros

1.3. O Parque Estadual da Campina do Encantado

1.3.1. Apresentação

O Parque Estadual da Campina do Encantado localiza-se no estado de São Paulo, no município de Parquera-Açu, no vale do Baixo Rio Ribeira de Iguape, entre as coordenadas 24° 36' e 24°40' latitude Sul, e 47°48' e 47°44' longitude Oeste, aproximadamente. O parque encontra-se totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e, mesmo afastado do mar, faz parte do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. O PE da Campina do Encantado é uma das 56 unidades de conservação de proteção integral administradas pela Fundação Florestal, no Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR.

O Parque Estadual da Campina do Encantado foi criado pela Lei Estadual nº 8.873, de 16/08/94, com o nome de Parque Estadual de Parquera Abaixo, com 2.359,50 hectares. Estudos preliminares, porém, acusam erros no memorial descritivo do perímetro do parque e demonstram que sua área é de 3.258,34 hectares, das quais 1.048,50 são terras devolutas. Situado a meio caminho entre São Paulo e Curitiba, a 29 Km de Registro, o parque representa a maior área de mata contínua do município de Parquera-Açu. (Mapa 2. Localização e vias de acesso ao Parque Estadual da Campina do Encantado).

O parque é quase que totalmente delimitado por divisas naturais: ao norte pelo rio Parquera-Açu, ao sul pelo rio Braço Preto e a leste pelo rio Parquera-Mirim e rio Ribeira de Iguape. A oeste confronta-se com duas grandes propriedades particulares.

A maior porção do parque (considerando-se a área real) é constituída por terras privadas e tiveram uma ocupação incipiente décadas atrás, contudo a vegetação se regenerou por completo. Atualmente não há qualquer tipo de ocupação humana no interior do PECE; já no entorno a criação de bubalinos e culturas perenes exercem forte pressão sobre os ambientes da unidade.

Abrange uma área de extensa planície conhecida tradicionalmente por Campina do Encantado, composta por sedimentos marinhos com um depósito de turfeira central, circundada por planícies aluviais: 25% são várzeas inundadas, 25% são terraços não inundáveis e 50% são planícies inundáveis. Exatamente por se tratarem de áreas sujeitas a inundações periódicas e constantemente inundadas, impossibilitando, portanto, o acesso às terras altas e agricultáveis é que se deu a conservação de seus ambientes.

Seus principais atrativos são a turfeira rica em gás metano, onde se pode queimar o gás proveniente do subsolo através de um furo feito com uma vara de 3 metros, produzindo uma chama característica de 80 cm acima do solo - motivo do local ser conhecido por Campina do Encantado, originando inúmeras lendas locais. No aspecto histórico-cultural destaca-se a presença do sambaqui do Encantado chegando a 30 metros de diâmetro por 5 metros de altura, bastante conservado, marcas do povo que habitou aquela costa há aproximadamente 5.000 anos atrás. Além destes atrativos, a criação do parque se justifica pela fauna diversificada e flora riquíssima em bromélias e aráceas.

I.3.2. Histórico da criação do Parque Estadual da Campina do Encantado

A criação de qualquer unidade de conservação da natureza deve ser precedida de um levantamento técnico-científico, subsidiado por laudo ambiental que justifique a importância de sua criação, na região e no contexto geral juntamente com o levantamento da situação fundiária, com definição de seus limites. Isto porque a unidade, ao ser criada, poderá abranger terras públicas ou não, e, em sendo particulares, poderá gerar ônus para o estado, como ter que arcar com os custos das desapropriações de áreas particulares. A partir daí, a proposta era encaminhada pelo órgão governamental responsável, no caso o Instituto Florestal⁴, para que através de ato do Poder Executivo fosse assinado o decreto de criação.

No caso da criação do então Parque Estadual do Pariquera Abaixo, o processo não aconteceu exatamente assim. A proposta de sua criação, prevista inicialmente para ser municipal e se chamar "Campina do Encantado", partiu da própria prefeitura de Pariquera-Açu na gestão de 1989/1992.

Para esse fim, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) realizou, a pedido da Prefeitura de Pariquera-Açu, um levantamento das áreas conservadas da Campina do Encantado e seu entorno. No levantamento foram plotadas, com a devida identificação, as terras devolutas e as particulares, material este que serviu de base para definir o perímetro da unidade de conservação a ser criada.

A Prefeitura Municipal e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo elaboraram um documento técnico composto por caracterização preliminar da fauna e flora, hidrografia e clima, além da previsão de ações de gestão com indicação de atividades, equipamentos necessários e locais possíveis para implantação de infraestrutura, tudo isso a fim de compor os levantamentos do conjunto de informações que justificassem a criação do Parque. Com a mudança da administração do município o projeto ficou temporariamente paralisado. Também na Secretaria Estadual do Meio Ambiente não foi dada continuidade aos estudos e aos levantamentos.

Somente em 16 de agosto de 1994, já em outra administração municipal, e com o material existente, porém, sem o devido estudo, foi criado o Parque Estadual do Pariquera Abaixo com 2.359,50 hectares, através da Lei Estadual nº 8.873. A criação também fugiu à regra por ter sido feito diretamente por ato do Poder Legislativo.

A falta do cumprimento das etapas técnicas que devem preceder a criação de unidades de conservação vem acarretando diversos problemas de ordem operacional para seu gerenciamento como, por exemplo, a diferença do perímetro contido na Lei e a área de fato existente, conforme as informações obtidas através de planimetria.

⁴ Atualmente, com a criação do SIEFLOR, por meio do Decreto Estadual nº 51.453/06, a responsabilidade técnica pelos estudos e delimitação de uma área para criação de unidade de conservação, no âmbito estadual, é da Fundação Florestal.

Mapa 2. Localização e vias de acesso ao Parque Estadual da Campina do Encantado

A alteração do nome para Campina do Encantado, por ser esta área assim chamada popularmente, foi no sentido de adequar-se ao imaginário regional, rico em lendas, e também ocorreu por ato do Poder Legislativo na forma da Lei nº 10.316 de 26/05/1999.

1.3.3. Gestão do Parque Estadual da Campina do Encantado

Do período de sua criação em 1994 até 1996 não houve qualquer ação institucional no sentido de implantar esta unidade. A partir de então, foi designado pelo Instituto Florestal um responsável para sua administração; ainda nesse ano, o parque foi incluído como uma das unidades de conservação contempladas no Projeto de Preservação da Mata Atlântica - o PPMA.

O PPMA - contrato de cooperação financeira internacional entre o governo brasileiro, através do estado de São Paulo e a República Federal da Alemanha, com recursos do banco estatal KfW Entwicklungsbank - investiu cerca de 20 milhões de euros, e o Governo do Estado outros 16,7 milhões de euros como contrapartida, entre 1995 e 2006. O PECE recebeu investimentos da ordem de um milhão e trezentos mil reais entre 1997 e 2007, sendo que no último ano os recursos aplicados foram relativos ao custeio da unidade. Os recursos do KfW foram alocados principalmente em investimentos em infra-estrutura, veículos e equipamentos, nas unidades de conservação, no DEPRN e na Polícia Ambiental.

O escopo do projeto priorizava duas grandes linhas de ação: a melhoria do licenciamento e do controle ambiental florestal na região do Vale do Ribeira e litoral paulista e, a consolidação das unidades de conservação nas áreas de abrangência do projeto.

A alocação de recursos provenientes do PPMA no PE da Campina do Encantado propiciou a contratação de obras de infra-estrutura básica, aquisição e manutenção de equipamentos, bens móveis e imóveis e contratação de serviços para comunicação, divulgação e capacitação de pessoal.

A sede administrativa do parque, anteriormente instalada no Município de Pariquera-Açú, a 16 km do núcleo de visitação, se manteve na cidade o que se configurou como uma facilidade aos contatos estabelecidos, aos procedimentos administrativos e as parcerias viabilizadas.

Somente a partir do Projeto de Preservação da Mata Atlântica foi possível implantar, de fato, o Parque Estadual da Campina do Encantado. O Programa de Uso Público teve início a partir da construção do núcleo de visitação, e passou de zero visitantes em 2000 para mais de três mil em 2001. Grande impulso também foi dado na organização administrativa e nas ações de planejamento. Nesse processo de organização e planejamento, o PE da Campina do Encantado teve o seu Plano de Gestão Ambiental elaborado. O presente Plano de Manejo consolida os documentos anteriores e os amplia, uma vez que abarca metodologias e estudos não contemplados anteriormente.

